

PEDRO HESPANHA \*

## A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS A PEQUENOS AGRICULTORES

UMA POLÍTICA PARA «DESPROLETARIZAR»  
A REFORMA AGRÁRIA

### INTRODUÇÃO \*\*

Um dos tópicos mais centrais do debate que se tem desenvolvido acerca da reforma agrária portuguesa é o da não participação da pequena agricultura camponesa, nem como sujeito ao lado do proletariado rural nas lutas pelo controlo da terra e das condições de trabalho, nem como destinatária da reforma agrária entendida agora como instrumento estatal de redistribuição do poder baseado na posse da terra.

Não pretendo rever aqui a questão dos destinatários de uma reforma agrária, questão já abundantemente tratada, quer no plano teórico, quer no plano das opções políticas <sup>(1)</sup>.

---

\* Assistente da Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra.

\*\* Grande parte da informação que serve de base a este estudo foi recolhida por António José Cardoso Simões no âmbito da cadeira de Sociologia do Desenvolvimento, sob a orientação de Virgínia Ferreira e do autor. Os registos magnéticos das entrevistas fazem parte do arquivo de som do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

<sup>(1)</sup> Sublinharei apenas que, na diversidade dos modos de conceber as reformas agrárias, é relativamente pacífico considerar o campesinato, enquanto uma das classes inferiores na estrutura social rural, parte interessada nas políticas de alteração das estruturas fundiárias. Mas reconheço que, a partir daí, as divergências quanto à definição dos novos modos de apropriação da terra e do papel a desempenhar pela categoria dos pequenos agricultores tornam esta questão um campo de enorme controvérsia.

No caso português, dada a circunstância de a reforma agrária ter sido desencadeada fora das instâncias do poder de estado e na ausência de um projecto pré-definido por que se tenha orientado o movimento social, a questão da não participação do campesinato só pode ser esclarecida através de uma análise fina do processo histórico que conduziu a um modelo de reforma agrária essencialmente proletário, análise dirigida a explicar o diferente dinamismo dos vários grupos que compunham a estrutura social dos campos do sul a partir das condições diferenciais de existência e, portanto, de práticas distintas. É que, se a acção proletária não foi (pelo menos no início) guiada do exterior, ela também não pode ser entendida como o resultado natural e espontâneo de um clarividente instinto de classe.

Limitar-me-ei a abordar aqui apenas um aspecto particular da problemática acima referida e que tem sido menos estudado: o das tentativas por parte do poder político de reorientar a reforma agrária no sentido da inclusão da componente camponesa, através de uma política de distribuição de terras a pequenos agricultores. Concretizada, entre nós, a partir de 1980, a filosofia e sobretudo a forma de aplicação desta política vieram a gerar grande controvérsia. Uma avaliação mais rigorosa que dela se faça não prescinde, porém, de estudos de terreno para conhecer o impacto local em termos de uma recomposição das estruturas sociais.

A análise que pretendo fazer da política de distribuição de terras não se resume, portanto, a uma crítica dos propósitos dos agentes históricos que a conceberam ou executaram, nem ao balanço dos efeitos produzidos em face dos resultados esperados. A acção do estado operou, neste caso, num meio social particularmente marcado por grande conflitualidade no domínio das relações fundiárias — relações que ocupavam uma posição central na estruturação de toda a vida social local —, suscitando reacções e comportamentos que importa também estudar. A história desta acção política cruza-se, em particular, com dois campos de facticidade histórica: a história local da comunidade aldeã, dos grupos e dos conflitos, do poder e das alianças, do trabalho e das práticas de sobrevivência e a história biográfica, pessoal e familiar, dos actores, destinatários e sujeitos da redistribuição fundiária.

Se as histórias de vida permitem fazer luz sobre a diferente disponibilidade para aceitar a «oferta» do estado por parte de gente com o mesmo estatuto social, a história social daquela comunidade, a passada e a recente, mostrará como se

forjaram ou desfizeram as solidariedades, como se gerou ou se perdeu a identidade de grupo, como foram surgindo as diferentes alternativas por que se explica a diversidade dos percursos individuais.

Começarei por referir sumariamente o enquadramento institucional do debate sobre a participação do campesinato na reforma agrária donde emerge a política de distribuição de terras. Depois, com base num conjunto de entrevistas realizadas em 1984, umas, mais amplas, sobre a história recente duma aldeia alentejana, outras focadas no tópico da distribuição de terras a «pequenos agricultores», e nos relatos das histórias de vida feitos pelos próprios «beneficiários», avançarei algumas notas para o entendimento da política, ou talvez melhor para a compreensão dos diferentes sentidos que a política produziu nos vários espaços de actuação.

#### 1. A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

Deixando de lado, por agora, a construção do modelo histórico da reforma agrária pelo proletariado rural no quadro de uma estrutura social em que o polo dominado comporta também outras classes de produtores directos não proletariados, tem de se reconhecer que a ideia subjacente ao programa de reforma agrária do estado era, desde o início, a de conferir aos pequenos agricultores o estatuto de beneficiários. Isso resulta claramente da legislação de Julho de 1975 e, muito especialmente, do texto constitucional de 1976.

Embora prevista no art. 97 da Constituição a entrega de terras expropriadas a pequenos agricultores, a verdade é que se privilegiava a sua participação colectiva através de cooperativas de produção (art. 100), deixando-se para legislação especial a publicar ulteriormente a definição dos termos dessa entrega. Os governos que se seguiram à aprovação da Constituição, porém, tal como os anteriores, pouco fizeram para levar à prática uma verdadeira política de distribuição de terras.

Entretanto, as forças contrárias à reforma agrária ganhavam peso, jogando simultaneamente no terreno social — promovendo a CAP e fazendo reverter em seu favor o descontentamento de diferentes estratos do campesinato —, no terreno das ideias — difundindo uma imagem da reforma agrária associada à acção violenta e à ilegalidade — e no terreno político — servindo-se das posições ocupadas no aparelho de estado

para impedir a consolidação das novas unidades de produção e facilitar a reintegração do poder dos proprietários expropriados.

Paralelamente, outras vozes reclamavam contra o crescente controlo que o Partido Comunista vinha exercendo na vida das cooperativas e, em geral, no processo de crescimento da reforma agrária, defendendo uma diversificação dos modos de apropriação da terra como forma de potenciar a criação de espaços mais libertos (mas igualmente passíveis de tutelas, como se viria a verificar mais tarde) para os que trabalham a terra se organizarem.

O grande debate surge em 1977 com a apresentação no Parlamento da proposta de lei de Bases Gerais da Reforma Agrária do ministro Barreto. Trata-se, antes de mais, de um diploma elaborado com a preocupação de dotar o estado dos mecanismos institucionais necessários para proceder à reorientação da reforma agrária no sentido imposto pela nova conjuntura política, ou seja, permitir ao estado finalmente «definir um novo rumo da prática» (2).

Um dos objectivos expressos na exposição de motivos que acompanhava a proposta era o de conseguir um «equilíbrio social e económico» nas zonas da reforma agrária a partir da diversificação das categorias de destinatários das terras expropriadas: pequenos e médios agricultores, cooperativas de agricultores e de trabalhadores e unidades colectivas. Pressupondo que a reforma agrária tinha sido até então orientada quase exclusivamente a favor de um modelo de gestão por colectivos de trabalhadores, decorria logicamente daquele princípio do equilíbrio que fosse contrariada e mesmo limitada a importância deste modelo. Daí a intenção de «desproletarizar» a agricultura, conferindo-lhe progressivamente uma base camponesa dirigida sobretudo contra o sector colectivo da reforma agrária ao qual se negava a capacidade de gerar, para além do emprego, diferentes modos de vida, que libertassem o trabalhador sem lhe destruir a sua identidade cultural e moral. A expressão numérica desse equilíbrio — como viria a ser explicitado — correspondia a uma distribuição da área da zona de intervenção de 34% para os reservatórios, de 32% para os pequenos e médios agricultores e de 30% para os colectivos de trabalhadores (3).

---

(2) Declarações do ministro Barreto na apresentação da proposta à Assembleia da República. Cf. Diário das Sessões da Ass. da República, I série, de 19/7/1977.

(3) Declarações do deputado Manuel da Costa na Assembleia da República. Cf. Diário das Sessões da Ass. da República, I série, de 26/3/80.



A proposta reproduzia o texto constitucional quanto à definição dos destinatários das terras expropriadas e conferia ao Ministro da Agricultura, após prévia audição dos trabalhadores dessas terras e das associações de classe, a determinação em cada caso concreto das áreas a afectar, dos destinatários e dos tipos de contratos regulando a transferência da posse da terra. A intenção de dividir terras por pequenos agricultores foi então anunciada como uma das linhas motoras do Governo (4).

Refira-se que Henrique de Barros — um dos inspiradores das opções consagradas na proposta, segundo o próprio ministro —, em comentário produzido na altura a propósito, afasta a hipótese de utilização indiscriminada da política de distribuição. «Nas áreas onde a agricultura intensiva à base de trabalho humano seja possível, poderá e porventura deverá recorrer-se à pequena empresa, mas naquelas onde, de acordo, aliás, com a ecologia predominante e com a tradição regional, a agricultura extensiva, fortemente motomecanizada, aplicando técnicas racionalizadoras modernas, seja mais apropriada, a solução naturalmente indicada é a unidade colectiva (quer cooperativa, quer estatal) de média ou grande dimensão. Na filosofia da proposta de lei não existe, a nosso ver, qualquer preconceito a favor do agricultor camponês, com o seu individualismo e todas as suas limitações tecnológicas e económicas» (Barros H., 1977: 47).

A proposta de lei vem finalmente a ser aprovada e, alguns meses depois, o II Governo Constitucional (coligação PS/CDS) publica o decreto que regula a entrega de terras (dec.-lei 111/78 de 27 de Maio). Aí se definem as duas categorias de beneficiários que gozam de preferência na atribuição de terra: em primeiro lugar, os pequenos agricultores sem terra que vivam exclusiva ou predominantemente da agricultura e, em segundo lugar, as cooperativas de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores. O estabelecimento de critérios mais pormenorizados quanto às áreas afectadas, aos tipos de empresas e às modalidades de contratos a utilizar seria relegado para definição posterior, logo que a estrutura regional do MAP estivesse criada. Embora se definissem vários tipos de contratos para a entrega de terras privilegiava-se expressamente a modalidade de entrega de terras em regime de concessão de exploração, contrato garantido pelo prazo mínimo de seis anos. No que respeita às formalidades do processo de entrega previa-se que,

---

(4) Declaração do secretário de estado da Estruturação Agrária Carlos Portas na Assembleia da República. Cf. Diário das Sessões da Ass. da República, I série, de 21/7/77.

salvo naqueles casos em que o candidato já estava a explorar regularmente a terra, os contratos seriam precedidos de concurso público devidamente publicitado.

Mais tarde, o ministro da Agricultura do IV Governo Constitucional (portaria n.º 246/79, de 29 de Maio), viria a definir uma nova ordenação das categorias de candidatos: pequenos agricultores sem terra vivendo exclusivamente da agricultura, pequenos agricultores sem terra vivendo principalmente da agricultura, unidades de exploração colectiva por trabalhadores, cooperativas de produção agrícola, pequenos agricultores que vivam exclusivamente da agricultura e sociedades cooperativas agrícolas cujos sócios vivam predominantemente da agricultura e não excedam o pessoal contratado.

A característica mais saliente deste diploma é o ter aumentado substancialmente os poderes de discricionariedade do ministro da Agricultura para decidir da atribuição ou da retoma de terras (estabelecendo uma fiscalização apertada das contas e da gestão das explorações) e de ter tornado mais precária a posse da terra nas mãos dos produtores (impondo a modalidade de contrato de uso privativo garantido apenas por um ano). As renovações do contrato dependem, entre outras condições, do cumprimento rigoroso de um memorando de exploração a apresentar com o requerimento inicial e da formalização do pedido de renovação a três meses do termo do contrato.

Estava assim criado o quadro legal que iria permitir lançar a política de distribuição de terras. Pode dizer-se que, até aqui, as áreas entregues a pequenos agricultores tinham resultado ou da correcção de situações decorrentes do processo das ocupações ou expropriações (para garantir a estabilidade a rendeiros e a seareiros em terras submetidas à reforma agrária) ou da distribuição de parcelas, em áreas de regadio nacionalizadas, a seareiros tradicionalmente cultivadores dessas áreas. Num caso e noutro, a superfície total das terras entregues e o número de beneficiários foi insignificante.

As condições políticas para a distribuição de terra surgiram, finalmente, com as eleições de Dezembro de 1979. Durante a campanha, a entrega de terras a pequenos agricultores na zona da reforma agrária aparecia como um dos tópicos chave do discurso eleitoral dos partidos que compunham a AD. O programa do Governo saído dessas eleições subordinava a acção no campo da reforma agrária a uma perspectiva de integração europeia, ou seja «de orientação das acções de reestruturação fundiária no sentido de criação de unidades viáveis e competitivas em termos europeus». Em que medida a anunciada polí-

tica de redistribuição das terras expropriadas seria compatível com este objectivo, uma das questões levantadas no debate da Assembleia da República, ficaria sem resposta. Acima de tudo, parece ter imperado na maioria parlamentar a vontade de criar uma nova classe de agricultores individuais — pela atribuição do uso da terra nacionalizada e expropriada a trabalhadores rurais, seareiros, rendeiros e pequenos agricultores — que pudesse constituir uma alternativa ao sector colectivo da reforma agrária <sup>(5)</sup>.

## 2. A ESTRUTURA SOCIAL E AS LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA NUMA FREGUESIA ALENTEJANA

A freguesia estudada corresponde ao padrão da generalidade das freguesias rurais da região. A esmagadora maioria da sua população permanece ainda ligada à agricultura (cerca de três quartos da população activa), outras actividades resumem-se a algumas das funções tradicionais numa comunidade rural. Não há indústria nem sector moderno de serviços. A maior parte da população não agrícola da aldeia desloca-se para trabalhar fora, sobretudo para a sede do concelho situada a doze quilómetros e acessível por carreira de autocarro. O trabalho agrícola fazia-se até há poucos anos quase todo na UCP; hoje, predominantemente, para patrões e com carácter temporário.

Desde a década de 50 a população tem vindo a decrescer a ritmo muito acelerado (particularmente nos anos 60), para se situar em 1981 na cifra de 642 habitantes, cerca de 40% do valor registado no censo de 1950. As saídas fizeram-se sobretudo para a área metropolitana de Lisboa, na sequência de uma mais antiga tradição de deslocações sazonais para a Borda

---

<sup>(5)</sup> O deputado da maioria e dirigente da CAP José Casqueiro referia-se a um novo projecto para a reforma agrária que pudesse conduzir ao «aparecimento de novas classes» nos seguintes termos: «A Aliança Democrática e nós Deputados, somos defensores de um projecto de mudança no qual a atribuição de terras a trabalhadores para exploração individual é passo decisivo no projecto reformista e de progresso que nós simbolizamos (...) um projecto agrícola coerente, que defina um modelo reformista e humanista de sociedade rural, inspirado nos ideais de liberdade e de justiça social, de justas reformas que se fundamentem na iniciativa privada, numa correcta economia de mercado, na reestruturação fundiária, na desproletarização da população rural, respeitando e garantindo a liberdade sindical» (sublinhados nossos), in Diário das Sessões da Ass. da República, I série, de 22/2/80.

d'Água. As ex-colónias de África, mesmo antes do eclodir da guerra colonial, e a Europa, já nos anos 60, foram demandados por alguns, mais arrojados, que em breve facilitaram a parentes e amigos instalação e emprego.

Quem não saiu mora na única aldeia da freguesia. Os montes há muito deixaram de ser habitados. A habitação, em geral, está degradada e é insuficiente apesar do êxodo. Na mancha do casario destacam-se facilmente as poucas casas ricas, espaçosas e de dois andares, contrastando com as acanhadas casas térreas das famílias camponesas ou proletárias.

O espaço agrícola da freguesia, cerca de oito mil hectares de terras de cultura arvense de sequeiro, com montados de azinho e de sobro e manchas de olival, repartia-se, em 1974, por seis famílias latifundiárias (cerca de 80% da área) — algumas com as herdades entregues a rendeiros ou distribuídas a seareiros —, por quatro ou cinco agricultores médios (em parte explorando terras de renda) e por pouco mais de três dezenas de pequenos agricultores possuindo reduzidas parcelas de terra com horta e olival ou courelas na várzea.

Em Junho de 1975 dão-se as primeiras ocupações de terras feitas por «homens que tinham dificuldade em arranjar patrão todo o ano»<sup>(6)</sup> e que, formada a UCP, vão participar nas movimentações para a formação de outras UCPs em freguesias vizinhas.

No espaço de um mês são ocupados cerca de 4000 hectares de terras, correspondentes às maiores herdades da freguesia, iniciando-se logo de seguida o processo de expropriação. Em Outubro são ocupadas as últimas herdades, ficando a UCP com cerca de 6500 hectares. «Não eram todas as terras da freguesia, mas dos grandes agricultores não sobejou nada». Algumas das herdades foram integradas noutras UCPs em virtude de, pela sua localização, darem trabalho sobretudo a moradores das freguesias vizinhas, procedendo-se deste modo a um reordenamento pragmático do espaço agrícola da freguesia, ditado pelas circunstâncias do trabalho e pelas conveniências da gestão.

As razões apontadas para a ocupação foram o «desemprego da classe trabalhadora», a «má exploração das propriedades» e o facto de «grande parte das propriedades estarem abrangidas pela Reforma Agrária». Sabe-se que o desemprego agrícola tinha na altura um nível muito reduzido se compa-

---

<sup>(6)</sup> As citações reproduzidas daqui em diante, salvo indicação expressa em contrário, constituem extractos das entrevistas realizadas na aldeia. Os números, entre parentesis rectos, identificam os entrevistados referidos em anexo.

rado com o do período anterior à década de sessenta, mas o regresso em 1975 e 1976 dos trabalhadores que tinham partido denuncia, a par da retracção dos mercados de trabalho nas zonas industriais, o forte enraizamento nas comunidades de origem e o carácter não definitivo do êxodo. As perspectivas de emprego permanente e a remuneração garantida pela UCP foram suficientes para motivar alguns regressos.

Praticamente toda a força de trabalho disponível da freguesia (225 pessoas: 165 homens e 60 mulheres) passa assim a ver garantido o trabalho certo e, em certas épocas do ano (v.g. para a apanha da azeitona) tornava-se mesmo possível dar emprego a mais uma centena de pessoas. As habilitações escolares dos trabalhadores da unidade colectiva confirmam o seu estatuto social: analfabetos — 61%; sabendo ler e escrever — 12%; com a instrução primária — 24%; com o ciclo preparatório ou frequência liceal — 2%.

O processo das ocupações e toda a movimentação local dos assalariados rurais em torno da reforma agrária foram, de uma forma geral, compreendidos e aceites pela população, nomeadamente pela fracção camponesa (ela própria igualmente presa do sistema latifundiário e, em muitos casos, recém liberta, ou muito próxima, duma situação proletária, o que não impedia que mantivesse um distanciamento prudente sempre que solicitada a participar em manifestações públicas de afirmação simbólica do novo poder) (7).

O decurso do tempo numa conjuntura cada vez mais desfavorável à reforma agrária e a partidarização crescente do movimento social levariam, contudo, alguns dos iniciais apoiantes a demarcarem-se e, nalguns casos, a aceitarem como seus os pontos de vista das forças sociais apostadas em contrariar a reforma agrária, protagonizadas pelos agentes da burguesia local e pelas chamadas «classes locais de serviço» (Sevilla-Guzman, 1980).

Acresce que nem sempre as razões dos trabalhadores eram articuláveis com a concepção institucional da reforma agrária que vigorava, gerando-se situações que eram explorada pela minoria activista dos opositores. Um caso houve em que os trabalhadores da UCP nunca aceitaram reconhecer a ilegalidade da ocupação e resistiram até ao fim às sucessivas ordens de restituição da área ocupada, que acabou por ser imposta pela intervenção da GNR. Tratava-se de um conjunto

---

(7) Esta adesão dos pequenos agricultores aqui verificada foi igualmente constatada noutros estudos (Pires, 1983).

de herdades cuja pontuação não atingia o limiar de expropriação, pertencente a um agricultor abastado, dono também de várias casas na aldeia que arrendava a famílias de assalariados rurais. Sob o pretexto de excesso de gado e de mau aproveitamento agrícola da terra <sup>(8)</sup> os trabalhadores ocuparam essas terras e a partir daí, este caso, passou a ser o motivo de referência obrigatório nos ataques à UCP e à reforma agrária. Em relação aos pequenos agricultores («os que sempre trabalharam só na terra e que têm aqueles bocaditos»), a UCP procurou captar o seu apoio fazendo-lhes todo o serviço de máquinas a preço inferior ao dos alugadores e mesmo do ex-grémio da lavoura. Outras iniciativas foram dirigidas à população da aldeia no seu conjunto: fornecimento de leite aos alunos da escola, abertura de um talho e de um posto para venda de artigos de consumo, além do café que passou a ser um ponto de encontro obrigatório para a gente da aldeia.

A nível da gestão as dificuldades, enormes, nunca foram verdadeiramente ultrapassadas: falta de fundos de maneio, falta de equipamento mecânico, falta de capital para investimento, dificuldades no escoamento de produtos e nomeadamente da produção animal, problemas na aquisição de rações e, sobretudo, falta de apoio técnico. Apesar de tudo, a superfície cultivada aumentou e foram introduzidas novas culturas, embora nem sempre com sucesso. O sistema de rotações permaneceu inalterado, em grande parte, por falta de apoio técnico. Alguns dos projectos de reconversão planeados pela UCP (v. g. introdução do regadio, alargamento da área de pastagens) impunham um encargo de tal modo volumoso que só poderiam ser levados a cabo com a ajuda financeira do estado.

A acção dos Centros de Reforma Agrária, porém, por pouco tempo permaneceu vinculada à tarefa de apoiar a consolidação da nova estrutura económica e social. A política estatal de contenção dos movimentos sociais populares e a recuperação do poder pelas classes portadoras da dominação do capital que se foi afirmando a partir de Novembro de 1975, acabaram por dominar completamente a política dos próprios Centros, operando-se uma inversão radical da actuação destes. É assim que em 1977 eles estão preparados para desempenhar o papel que lhes cabe na execução da política de contra-reforma agrária e se transformam rapidamente em meros serviços de «entregas de reservas».

---

<sup>(8)</sup> O que não fugia, de resto, à verdade e fora confirmado pelos técnicos da comissão de intensificação cultural chamados a dar parecer sobre este caso.



O processo de entrega de reservas na freguesia decorre entre 1977 e 1980, mas é sobretudo em 1979 que a UCP enfrenta a maior pressão do MAP. O sistema seguido era invariavelmente o mesmo: ao reservatário era dada a faculdade de escolha da área a demarcar e o CRA garantia a sua desocupação, sem cuidar dos efeitos sobre a viabilidade da UCP ou sobre o emprego na zona. A UCP nunca reconheceu a legitimidade dos agrários para requererem as reservas (fortemente acrescidas por majorações magnânimas) e sempre se opôs à cedência das áreas por eles reclamadas. A conflitualidade que este sistema gerou ou amplificou entre trabalhadores rurais e reservatários não favoreceu a transferência de mão-de-obra da UCP para as novas explorações criadas. Do lado dos trabalhadores existiu quase sempre o compromisso sancionado pela UCP ou pelo sindicato de não aceitarem emprego nessas explorações. Do lado dos reservatários, adoptou-se uma estratégia restritiva de contratação de mão-de-obra, pelo menos numa primeira fase, quer recrutando o trabalho num sector da população que não tinha a ver ou que fora marginalizado com a reforma agrária, quer adoptando níveis de intensificação cultural muito baixos. Acresce ainda que, na urgência de levar a termo a entrega das reservas, o MAP praticamente não controlava a legitimidade das pretensões dos reclamantes, donde resultou a atribuição de reservas a pessoas ou em condições consideradas injustas na localidade.

A resistência da UCP a esta pressão operou de diferentes maneiras, mas foi sempre vencida. À mobilização física respondia a presença, quando não a repressão imediata por parte da GNR. À retenção dos «frutos pendentes» à data da demarcação, sucediam-se as condenações pelos tribunais com base nas informações do Centro de Reforma Agrária. À largada do gado sobre as sementeiras, sobrevinham as multas e a perda do gado. Muitos processos continuam ainda hoje a aguardar julgamento, mas o saldo é muito pesado para a UCP.

No termo deste processo, em 1980, a UCP perdera já quase todas as herdades pertencentes aos seis grandes proprietários da freguesia, ficando praticamente reduzida às terras sobrantes da entrega das reservas (cerca de 700 hectares), dispersas em áreas de pequena dimensão e fraca qualidade. Com as terras perdera igualmente gados e máquinas.

Enquanto as reservas aumentavam, o número de trabalhadores da UCP ia-se reduzindo, por falta de trabalho e de perspectivas de qualquer melhoria para futuro. A princípio os reservatários subiram os salários para captar pessoal, mas ao fim de algum tempo reduziram o número dos trabalhadores



permanentes e voltaram ao sistema do emprego temporário. Quem pode deixa a UCP por um emprego mais seguro, ainda que pior remunerado <sup>(9)</sup>. Os que tinham regressado em 75 e 76, atraídos pelas novas condições de trabalho na freguesia, partem agora outra vez à procura de emprego, entretanto muito mais difícil de encontrar. A maior parte (cerca de metade da população activa, segundo a estimativa da UCP, sobretudo as mulheres que só fazem trabalhos sazonais, como a apanha da azeitona) fica, porém, no desemprego.

É neste quadro que vem inscrever-se a nova política de entrega de terras aos pequenos agricultores.

### 3. A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NA FREGUESIA

#### *O contexto local*

Foi grande a urgência do governo AD em iniciar a aplicação da sua política de distribuição de terras. Quatro dias apenas sobre a aprovação do programa do Executivo na Assembleia da República o MAP despacha, em 23 de Janeiro de 1980, a repartição da Herdade de Monte Branco, no concelho de Ferreira do Alentejo, com a entrega de courelas a vinte e sete agricultores. Pouco depois, em princípios de Abril, começam as entregas no concelho.

Na freguesia, as primeiras entregas têm lugar em Junho e até ao final desse ano vão ser distribuídos por 21 beneficiários cerca de 1100 hectares de terra localizados em seis herdades, todas na posse dos trabalhadores.

O contexto local em que a política de entregas ia operar era totalmente desfavorável à intenção do governo de aumentar o peso relativo do sector da pequena agricultura autónoma para obter o «equilíbrio» desejado desde a lei Barreto. E isto por várias razões. Primeiro, porque, não havendo mais terras para expropriar na área da freguesia, a distribuição de terras tinha de ser feita à custa da redução do sector colectivo, o que iria provocar a oposição dos trabalhadores integrados na UCP já muito inseguros no seu emprego. Segundo, porque estava à partida eliminada a hipótese, já de si remota <sup>(10)</sup>, de trabalha-

<sup>(9)</sup> Esta saída é, também, avaliada em termos políticos por aqueles que continuaram ligados a UCP. «As pessoas foram saindo e a trabalhar para patrões. São trabalhadores que não se ralam politicamente em defender isto. Não têm feito para a discussão» (Tr. UCP).

<sup>(10)</sup> O desinteresse pela posse privada da terra não tem um fundamento idealista, antes assenta numa base material bem percep-

dores agrícolas ligados à UCP concorrerem às entregas, dada a orientação firme desta e também do sindicato de se oporem a uma política que, do seu ponto de vista, visava apenas criar o desemprego no sector colectivo da reforma agrária. A autoridade quase carismática dos dirigentes fundadores da UCP assegurava o consenso sobre esta questão. Terceiro, porque os pequenos agricultores da freguesia estavam mais interessados em manter uma relação de trocas que lhes era favorável com a UCP do que em aumentar a área de terras à custa de um apoio que era muito duvidoso viesse a ser obtido por outra via<sup>(11)</sup>. Para algumas famílias com pessoas a trabalharem permanente ou temporariamente na UCP o pedido de terras tornaria muito problemática a manutenção desse emprego. Mas era sobretudo o risco enorme da decisão de quebrar as lealdades, e não só as solidariedades, que os ligavam à UCP em troca de uma insegura expectativa de obterem mais terra sem outras garantias, que dominava os cálculos dos pequenos agricultores.

Parece assim claro que, qualquer que fosse o modo de aplicar esta política por parte do MAP, a conjuntura local marcada por uma dinâmica social muito forte polarizada em torno de uma UCP — que concentrava a quase totalidade dos trabalhadores rurais da freguesia e mantinha uma relação específica com cada um dos restantes grupos, — iria condicionar de modo decisivo a procura das terras a distribuir.

Agente polarizador do movimento social que subvertera o sistema latifundista local a UCP constituía um elemento novo de referência em relação ao qual todos os sectores da população obrigatoriamente se posicionavam. Para as camadas populares, a UCP, legitimada na autoridade conferida pelo papel de libertadora da dominação latifundista, passa a exercer uma espécie de tutela sobre as práticas individuais — de algum modo como no passado se dera com a comunidade em relação

---

tível para os agentes de uma classe despossuída em geral de todos os meios e instrumentos de produção autónoma. Daí que a «naturalidade» da fome de terra seja apenas atributo de uma certa categoria e não de todas as categorias de produtores agrícolas.

(11) O número de pequenos agricultores era muito reduzido, como reduzidas eram as áreas que exploravam: 22 com explorações de menos de 4 hectares ocupavam cerca de 50 hectares de terra e 13 entre os 4 e 20 hectares ocupavam cerca de 120 hectares. No intervalo de 20 a 100 hectares, correspondente ainda a agricultores autónomos, havia apenas 3 explorações, ocupando uma área de 180 hectares. Ao todo apenas dez por cento das famílias da aldeia eram de pequenos agricultores. Para estas famílias a dependência de outras fontes de rendimento é muito elevada: três quartos não obtêm da exploração metade do rendimento familiar.

aos indivíduos e às famílias por razões de sobrevivência —, dissuadindo as condutas mais individualistas ou as quebras de solidariedade de grupo.

Não admira, portanto, que tenham sido precisamente aqueles que se situavam fora do círculo de poder da UCP, desobrigados das lealdades e isentos de tutela, que se sentiram motivados a concorrer às distribuições de terras. Vejamos com mais pormenor quem eram essas pessoas e em que circunstâncias se dera a sua marginalização em relação à UCP.

Recuando alguns anos na história da aldeia para nos situarmos nos primeiros tempos da reforma agrária, parece pacífico afirmar que, nessa altura, apenas uma reduzida minoria de gente, contestada directamente pelo seu comprometimento com o poder latifundista, hostilizara o processo de ocupações e a UCP. Tratou-se sobretudo de gente de mão dos senhores da terra, particularmente criados, feitores e guardas de herdade, que no passado dispuseram de alguma parcela de poder sobre os que agora vinham alterar a ordem das coisas. Os outros, mesmo quando não estavam ligados à actividade agrícola, não deixaram de considerar legítima a acção dos trabalhadores rurais em face de um passado duro que ainda não se apagara da memória<sup>(12)</sup> e aceitavam-na, com um certo fatalismo, como um passo provavelmente necessário para construir a sociedade mais justa.

O decurso do tempo, porém e como já ficou dito, foi abalando esta confiança e enfraquecendo o potencial simbólico da

---

(12) «Tinha eu os meus dezanove, vinte anos. Vinha o tempo das ceifas e o lavrador dava serviço a ceifar. Era uma fase em que havia trabalho para todos. Acabavam-se as ceifas faziam-se os contratos com os que podiam ficar anuais ou mensais. E eram os jornaleiros, que eram os que andavam à jorna. Ficavam com os necessários e os outros despediam-nos. E então o que é que acontecia? Como não havia serviço ia-se à Casa do Povo dar o nome, mas enquanto não houvesse um número de dez pessoas não se fazia a distribuição. (...) Trabalhar nas estradas, fazer lenha, queimar mato, arrancar mato... Cada lavrador, mediante o terreno que tinha, a Casa do Povo distribuía-lhe tantos homens. Nas ceifas ganhava-se mais, mas a maior parte de nós éramos despedidos, porque havia aí indivíduos empreiteiros que tomavam bocados de pão de empreitada. Quando se estava desempregado as pessoas passavam muita fominha: iam aí, pegavam numa saca, e iam à bolota, iam à azeitona, de noite, a chover às vezes. Houve aqui muita miséria. Talvez também daí mais o recalque que se deu aí.» [8] «Até antes dez anos do 25 de Abril foi sempre aquela vida manhosa. Mas então depois melhorou quando foi o tempo das oito horas A alimentação das pessoas era o que se podia apanhar. Alguns andavam dias inteiros sem comer, tratados a atabefe e figos.» [ex. PJJ].

UCP. Os opositores da reforma agrária fizeram das fraquezas da UCP as suas forças, exercendo uma crítica cerrada à sua actuação e denunciando os casos de má gestão, erros na produção, falta de rigor nas contas, excessos de partidarismo. O discurso da oposição passou a integrar progressivamente o argumento político que dominava os debates sobre a reforma agrária a nível nacional: a UCP é um instrumento da dominação dos comunistas. O resultado desta cerrada luta ideológica não parece contudo ter arrastado consigo muitos dos apoiantes iniciais e, a avaliar pelos resultados das eleições autárquicas de 1982, a confiança vai ainda maioritariamente para a força política mais fortemente implantada entre os trabalhadores da UCP — a APU.

A partir de 1977, com a entrega de reservas, abre-se um novo período da história da aldeia em que vão ser testadas as solidariedades em torno do projecto da UCP. O regresso dos proprietários vai fazer renascer a esperança da minoria marginalizada na restauração da velha ordem, vai oferecer uma alternativa aos descontentes e vai, sobretudo, pelo reactivar das antigas relações de clientela, gerar dramáticos conflitos de lealdades. O clima político nacional, de resto, favorece a aposta na iniciativa privada e nas soluções individualistas. Alinhar com os reservatários no período crítico das entregas ou aceitar trabalhar por sua conta nas reservas retiradas à UCP é uma opção que significa ruptura da solidariedade com a UCP e é entendida por esta como uma conivência com o poder latifundista para a destruição da reforma agrária.

#### *Composição social dos destinatários da política*

Compreende-se assim porque só alguns dentro da aldeia e, precisamente esses, acabaram por se candidatar. Analisando os casos de beneficiários da distribuição de terras, apresentados resumidamente em anexo, aparece evidente em todos uma situação anterior de marginalidade em relação à UCP, ligada à verificação de um ou de vários dos seguintes factos: a) forte dependência clientelista em relação aos antigos patrões [2 e 17]; b) conflito de interesses com a UCP [3, 5, 9 e 10]; c) divergências políticas com o projecto da UCP [1, 4, 5, 9, 10, 11 e 12]; d) colaboração activa na entrega das reservas [10 e 11]; e) emigração para o estrangeiro ou para as ex-colónias [1, 8, 11 e 12]. Fora destes casos, mas denunciando ainda uma situação de marginalidade, embora de tipo diferente, estão as candidaturas de gente de fora [6, 7, 13 e 16], sem relações anteriores com

esta UCP. Três delas são de retornados (dois ex-fazendeiros e um motorista) à procura de terra em boas condições. A quarta é de um tractorista que vira recusada a sua entrada para outra UCP e se encontrava desempregado.

O facto de estes seis factores de marginalidade em relação à UCP actuarem em interdependência, permite tipificar desde logo duas situações de contornos mais definidos: 1. retornados ou emigrantes à procura de actividade [1, 6, 8, 11, 12, 13 e 16]; 2. prejudicados pela nova situação [3, 5, 7, 8, 9, 10 e 17]. A oposição política, bem assim como a colaboração com os reservatários é, em regra, um facto subsequente a uma destas situações.

Não basta, porém, fundamentar a marginalidade, é preciso também fundamentar o interesse na aquisição de terra. Segundo consta dos despachos ministeriais de entrega das terras, todos os beneficiários são agricultores, com excepção de um [15] que é trabalhador rural<sup>(13)</sup>. As biografias recolhidas permitem aprofundar esta questão. Na altura da entrega, cinco tinham ocupações principais não ligadas à produção agrícola (taberna/negócio de sardinha, negócio de lenha, negócio de fruta, negócio de gado), seis eram tractoristas/operadores de máquinas/motoristas (quatro deles retornados das ex-colónias), um era trabalhador rural, outro era pequeno agricultor (emigrante regressado) e quatro eram grandes rendeiros (três retornados das ex-colónias).

Contudo, quando analisadas as trajectórias individuais, ressalta um elevado número de casos de pessoas com um passado agrícola, como trabalhador rural ou pequeno agricultor. Apenas em sete casos não existiu uma ligação prévia com a agricultura (actividades artesanais tradicionais: padeiro, ferrador, barbeiro) ou fez-se na condição de médio ou grande agricultor (grandes rendeiros na região e grandes fazendeiros nas ex-colónias).

A origem popular — proletária, camponesa ou artesã — da maioria dos beneficiários da distribuição de terras é um dado adicional importante. Contrariando a proclamada rigidez do modo de reprodução tradicional das classes na sociedade rural alentejana, deparamos com um bom número de casos de mobilidade social ascendente bem sucedida. São sobretudo trabalhadores rurais que abandonaram a sua terra nos anos sessenta

---

<sup>(13)</sup> De acordo com a fonte legal e para todas as entregas na ZIRA até ao fim de 1982 a composição profissional dos beneficiários era a seguinte: agricultores — 90%, trabalhadores rurais — 5,7%, outras — 0,7% e não especificados — 3,6%.

chamados por parentes ou amigos já estabelecidos anteriormente nas ex-colónias (os dois casos de saída durante os anos cinquenta são de artesãos) ou em França. A consciência proletária de origem vai-se esbatendo progressivamente à medida que os rendimentos acumulados se transformam em capital e, no regresso, a ideologia igualitária e colectivista da UCP entra em contradição com as novas formas de consciência moldadas na experiência vivida lá fora. «Não estou de acordo em associar-me porque a coisa não bate certo. Há uns que pensam em trabalhar e outros não» [6]. A aposta é num percurso individual, maximizando o trabalho próprio (valorizado pela experiência profissional anterior) e jogando com um capital relacional relativamente alargado e com o conhecimento razoável do meio. As condições de êxito são agora, em época de recessão, mais difíceis (falta de emprego, riscos no investimento, escassez de capital) e, por isso, o retorno à agricultura aparece como a saída mais viável aos olhos de muitos<sup>(14)</sup>. É neste contexto, precisamente, que surge a política de distribuição de terras a abrir a possibilidade de concretização àqueles projectos.

*Os objectivos manifestos e os objectivos latentes da política de distribuição de terras*

Vejamus agora como esta disponibilidade para aceder à posse da terra por parte dos agentes locais se conjuga com o desejo do estado em pôr em execução a sua política.

Como se viu, o quadro institucional em que a política foi definida não estava isento de enormes contradições logo à partida: por um lado, a lei elegia como beneficiários privilegiados os estratos camponeses mais pobres, enquanto o responsável da pasta da Agricultura falava em promover unidades viáveis e competitivas em termos europeus (supra, ). Esta contradição não era accidental, antes correspondia a um dos traços da política estatal após o 25 de Novembro de 1975. Procurando maximizar os efeitos da sua intervenção, o estado joga simultaneamente na consolidação das relações sociais capitalis-

---

(14) Para a maioria dos que regressavam das ex-colónias a conjuntura económica que vinham encontrar era particularmente desfavorável. «Não nos davam serviços, não tínhamos cá dinheiro. Tínhamos que nos agarrar a tudo o que aparecesse que fosse negócio e acho que 50 hectares por 18/20 contos é negócio; dá pelo menos para a renda. (...) Um indivíduo que está a naufragar, se lhe aparece uma balsa ou um arame farpado, agarra-se nele». [8]



chamados por parentes ou amigos já estabelecidos anteriormente nas ex-colónias (os dois casos de saída durante os anos cinquenta são de artesãos) ou em França. A consciência proletária de origem vai-se esbatendo progressivamente à medida que os rendimentos acumulados se transformam em capital e, no regresso, a ideologia igualitária e colectivista da UCP entra em contradição com as novas formas de consciência moldadas na experiência vivida lá fora. «Não estou de acordo em associar-me porque a coisa não bate certo. Há uns que pensam em trabalhar e outros não» [6]. A aposta é num percurso individual, maximizando o trabalho próprio (valorizado pela experiência profissional anterior) e jogando com um capital relacional relativamente alargado e com o conhecimento razoável do meio. As condições de êxito são agora, em época de recessão, mais difíceis (falta de emprego, riscos no investimento, escassez de capital) e, por isso, o retorno à agricultura aparece como a saída mais viável aos olhos de muitos<sup>(14)</sup>. É neste contexto, precisamente, que surge a política de distribuição de terras a abrir a possibilidade de concretização àqueles projectos.

*Os objectivos manifestos e os objectivos latentes da política de distribuição de terras*

Vejamus agora como esta disponibilidade para aceder à posse da terra por parte dos agentes locais se conjuga com o desejo do estado em pôr em execução a sua política.

Como se viu, o quadro institucional em que a política foi definida não estava isento de enormes contradições logo à partida: por um lado, a lei elegia como beneficiários privilegiados os estratos camponeses mais pobres, enquanto o responsável da pasta da Agricultura falava em promover unidades viáveis e competitivas em termos europeus (supra, ). Esta contradição não era accidental, antes correspondia a um dos traços da política estatal após o 25 de Novembro de 1975. Procurando maximizar os efeitos da sua intervenção, o estado joga simultaneamente na consolidação das relações sociais capitalis-

---

(14) Para a maioria dos que regressavam das ex-colónias a conjuntura económica que vinham encontrar era particularmente desfavorável. «Não nos davam serviços, não tínhamos cá dinheiro. Tínhamos que nos agarrar a tudo o que aparecesse que fosse negócio e acho que 50 hectares por 18/20 contos é negócio; dá pelo menos para a renda. (...) Um indivíduo que está a naufragar, se lhe aparece uma balsa ou um arame farpado, agarra-se nele». [8]



tas e na dispersão das contradições emergentes numa sociedade onde persistem relações sociais de tipo socialista e relações sociais de tipo pré-capitalista. Daí a ambiguidade, mais do que contradição, de uma política com três objectivos principais: a) dar resposta à crise de emprego existente na ZIRA; b) reduzir a hegemonia das forças portadoras de uma orientação socialista; e c) fomentar o alargamento dos espaços de reprodução da lógica do capital.

Estes objectivos não se encontram todos ao mesmo nível nem são inteiramente coerentes entre si. Sendo que o desemprego estava a ser causado principalmente pela redução das terras do sector colectivo, por força da política de entrega de reservas, o primeiro objectivo, se cumprido, iria favorecer a recomposição, sob outra forma, de um bloco social que se visava restringir com o segundo. Daí que a sua concretização acabasse por ser secundarizada, como se viu pelo perfil dos contemplados, mas a simples proclamação do objectivo foi suficiente para produzir só por si efeitos ideológicos importantes.

O sentido da resolução daquela ambiguidade irai resultar, em grande parte, do modo de concretização da política e, nomeadamente, da orientação dos próprios órgãos periféricos do estado encarregados da sua aplicação, dado o elevado grau de autonomia de que disfrutavam e o profundo entrosamento com os diferentes grupos sociais que disputavam o controlo da contra-reforma agrária <sup>(15)</sup>.

Torna-se muito difícil avançar com segurança na questão dos motivos e dos critérios de discricionariedade usados na concessão de terras ao abrigo desta política. No entanto, ao analisar os diferentes processos de selecção dos candidatos, parece ter havido um desvio notável em relação ao objectivo proposto na lei, fazendo-se reverter a sua aplicação em favor de categorias e de interesses que estavam à partida excluídos, mas que permitiam alargar localmente, por uma via clientelista, o espaço social de apoio que o estado carecia para prosseguir a

---

<sup>(15)</sup> A composição e forma de recrutamento dos técnicos do MAP dos Centros de Reforma Agrária são hoje comsabidamente favoráveis às forças que dominavam a agricultura alentejana antes da reforma agrária. Fernando Oliveira Baptista (1984: 19), ao comentar o modelo de regionalização do Ministério da Agricultura instituído pelo dec.-Lei 221/77, conclui neste mesmo sentido: «Abriram-se, assim, as vias para a implantação de sólidas burocracias e alargadas clientelas regionais que vieram fundamentalmente a revelarem-se núcleos onde se fundem e articulam, em torno de funcionários superiores e de técnicos, as influências partidárias e os interesses dos grandes agrários e empresários capitalistas».

sua política de «desproletarização» da reforma agrária. Tratou-se de uma situação típica de instrumentalização da lei pelo próprio estado, numa duplicidade de natureza resultante da irresolução do impasse sobre a hegemonia política do próprio estado (Santos, 1985).

Alguns aspectos do processo de distribuição de terras que se está a analisar suportam suficientemente esta conclusão. *Primeiro*, o carácter de urgência das primeiras entregas levou a que não fosse feita qualquer indagação local sobre potenciais interessados e a que a informação sobre a distribuição de terras ficasse limitada a um círculo restrito. Só a oposição firme, à última hora, de gente da freguesia, impediu que a primeira herdade fosse distribuída exclusivamente a gente de fora. É só mais tarde que começam a ser afixados editais anunciando as entregas, mas sem qualquer esclarecimento adicional<sup>(16)</sup>. *Segundo*, não houve uma preocupação de respeitar a hierarquia legal de preferências na atribuição das terras, tendo como resultado que trabalhadores sem terra a trabalhar na UCP que se tinham candidatado foram preteridos<sup>(17)</sup>, que ao único trabalhador rural a quem foi atribuída terra foi entregue a mais pequena e pior das courelas [17] e que nenhum pequeno agricultor vivendo exclusivamente da agricultura foi contemplado enquanto que agricultores de média e de grande dimensão, tendo outras ocupações [9, 10, 13 e 16], o foram<sup>(18)</sup>. *Terceiro*, o

---

<sup>(16)</sup> «Nesse tempo não havia editais. A gente escrevia uma carta identificando-se como agricultor a dizer em que terras estava interessado, a propriedade que estávamos a explorar, as máquinas, etc.» [6]

<sup>(17)</sup> «A cooperativa nunca se candidatou ela própria, mas quando havia essas entregas, eles diziam 'mas afinal porque é que vocês não pedem? vocês são os preferidos'. Várias vezes tocavam essa tecla. Até que um dia eu e mais dois colegas meus fomos ao Centro e fizemos um pedido de terras. Vamos experimentar. Depois, quando foi a entrega: 'oiça lá, há um ano que eu pedi, afinal quem é que são os preferidos, são os que trabalham aqui já, ou são os que vêm de fora?' Já houve seis da gente que fomos pedir terra para experimentar (combinados, todos a ver o que é que isto vai dar). Chega lá um pedido. 'Como é que é esse tipo?' A quem é que eles vão pedir informações? Aos agrários. Os lavradores dali dizem logo: 'Esse é comunista!'. O critério deles é aquele, que é que se há-de fazer?» [Tr. UCP].

<sup>(18)</sup> «Entregaram terras a sapateiros, a barbeiros, a não sei quem mais e aquele que sabia tratar das terras, não tomou conta delas. (...) Isto é um mundo de mentiras. Os próprios indivíduos que estão à frente das coisas são uns grandes lavradores. E os próprios lavradores roubam tudo aos outros. Sei de casos de filhos de lavradores que pediram terras e não dão conta das que são deles. (...) A

acesso, directo ou por interposta pessoa, a facilidades no Centro de Reforma Agrária parece ter sido decisivo, nalguns casos, para a escolha dos candidatos [5, 6, 7 e 13] e, pelo menos em dois outros casos, parece ter havido interferência do próprio antigo proprietário [12 e 13]. *Quarto*, o MAP nunca cumpriu, além de outras formalidades legais, a exigência de audição prévia dos trabalhadores que exploravam as áreas a entregar, nem do seu sindicato, limitando-se a notificá-los telefónica ou telegraficamente na véspera da entrega, evidenciando, assim, o propósito de impor a qualquer preço à UCP as desanexações das áreas a distribuir.

A eficácia da política, em termos de concretização dos propósitos de quem a administra, depende ainda e em grande medida, da sintonização dos destinatários com esses mesmos propósitos. A estratégia utilizada pelo MAP assentou na mobilização de uma parte da população marginalizada pela reforma agrária ou pela descolonização para recrutar aí a massa dos beneficiários da nova política, acordando nela a sede de uma resposta revanchista ou a crença na miragem do enriquecimento fácil. Na freguesia, o primeiro grupo a formar-se para pedir a repartição de uma herdade na posse da UCP corresponde precisamente a este modelo: um emigrante em dificuldades, um reformado, o dono de um café prejudicado pela UCP, um irmão deste, desempregado, o filho de um agrário e um retornado. Nos outros casos a composição dos beneficiários era semelhante (cf. Anexo).

Capitalizando no descontentamento e acenando com rendas muito baixas o estado procurou minimizar o dispêndio em recursos materiais o que, pelo menos neste caso estudado, levou a maior parte dos «beneficiados» a sentirem-se ludibriados e a reconhecerem a manipulação a que estiveram sujeitos e o papel que desempenharam enquanto tropa de choque do MAP contra a UCP («o próprio governo só se apoderou das entregas de reservas depois que pôs a gente à frente», «eles põem a gente cá à briga uns com os outros e eles fazem lá aqueles grandes debates e vão ao belo frango todos juntos. Eles põem o Zé Povinho todo maluco»). Com áreas diminutas<sup>(19)</sup>, com con-

---

moda agora é um alfaiate pedir terra ao Centro. Dêem terras a camponeses, a homens que estejam ligados à terra, aos pequenos agricultores. Dar aos grandes acho que é errado, porque querem fazer grandes áreas cercadas, pôr lá duzentas ou trezentas vacas e meter lá um indivíduo para ver quando a vaca vai ter bezerro» [12].

<sup>(19)</sup> As áreas entregues não podem, por determinação ministerial, ultrapassar as equivalentes a 15000 pontos. Basta recordar as razões económicas invocadas para a alteração das áreas de reserva

tratos anuais de renovação precária, sem apoio técnico e sem ajuda financeira, os novos agricultores que não dispunham anteriormente de recursos próprios limitaram-se a uma exploração medíocre da terra, na base da produção de cereal, vendendo as pastagens aos criadores de gado ou criando algum gado a meias. Praticamente todas as explorações acabam por funcionar para os seus titulares como complemento de rendimentos obtidos de outros lados <sup>(20)</sup>.

#### *A recomposição das classes sociais*

Em que medida a distribuição de terras afectou a composição da estrutura social alentejana ou apenas determinou a reorientação das estratégias das diferentes classes é o último ponto que pretendo abordar.

Começarei pelo campesinato. Pelo que fica dito, o fundamento ideológico da «desproletarização» dos campos do sul — a criação de uma camada de pequenos agricultores familiares que absorvesse tendencialmente a polarização tradicional entre trabalhadores sem terra e patrões agrícolas muito ricos — não obteve desta política a concretização esperada. Quer pelas áreas afectadas, quer pelo número de beneficiados, quer ainda e sobretudo pela precaridade económica das explorações instaladas e pelo perfil dos seleccionados, o novo sector da agricultura familiar não foi suficientemente autónomo para contrariar a hegemonia crescente do sector capitalista, nem se consitiuiu em alternativa viável para os trabalhadores rurais da freguesia entretanto deixados sem emprego pela enterga de reservas. Assistiu-se, isso sim, a um reforço da condição semi-proletária de que muitos dos contemplados não se tinham ainda libertado.

Enquanto isto, o capitalismo agrário e, em parte, também a grande propriedade fundiária viram restaurado o seu poder económico por diferentes vias: jogando com um poder simbólico que nunca perderam sobre os sectores que escapavam ao poder proletário dominante, penetrando os diferentes escalões

---

(aumento de 50.000 para 70.000 pontos) com a lei Barreto para perceber qual era o papel reservado a estes pequenos agricultores no novo quadro estrutural da ZIRA.

<sup>(20)</sup> «Presentemente não há nenhum que viva só daquilo. Não pode viver, não tem condições. (...) O que era preciso era mais terra para a gente conseguir viver só dali. Aquilo só dá feito com o nosso trabalho, se tivermos que ir tratar de outra vida e metermos lá alguém já não dá. E se for só um indivíduo que semeie e tenha gado, esse indivíduo morre lá com fome». [5]

do poder político e do aparelho estatal, através de subtis mediações (competência técnica, redes de relações familiares, etc.) com vista à sua instrumentalização; fazendo, ainda, reverter em seu favor a dependência económica da nova camada de agricultores através de uma troca de serviços desigual, baseada em novas relações de tipo clientelista. E assim se compreende que a contradição virtual entre este novo sector e o dos proprietários expropriados que aspiram a ser totalmente restituídos no seu património (Baptista, 1982), seja secundarizada, pelo menos no caso estudado, pela tutela económica que o segundo passa a exercer sobre o primeiro <sup>(21)</sup>.

Finalmente, o peso e a importância do proletariado agrícola não diminuiu em consequência da política de distribuição de terras na freguesia. O único caso de assalariado rural sem terra contemplado, pelos termos em que o foi [17], não permite concluir pela completa superação do estatuto social anterior. É verdade que a importância do proletariado agrícola no processo de alteração das estruturas sociais e económicas da aldeia se encontra hoje muito reduzida, mas isso tem a ver sobretudo com as práticas estatais anteriores de demarcação e entrega de reservas e de corte de crédito. A liquidação do projecto da UCP e a situação de desemprego que atinge hoje grande parte das famílias de trabalhadores rurais não se fica a dever à concretização local da política de distribuição de terras, mas antes à discriminação pelo estado das formas de gestão colectivas e à política restauracionista empreendida a partir de 1976.

### *Conclusão*

Ao interrogar este caso acerca do significado de uma política destinada a fazer participar os pequenos agricultores na reforma agrária, damo-nos conta de como a aparente simplicidade da pergunta se reconverte num intrincado complexo de questões a resolver: quais os objectivos principais e secundários, manifestos ou latentes, dessa política? Quem define os termos da sua aplicação? Como se relacionam o estado e a sociedade nos diferentes momentos e nos diferentes espaços de produção das práticas estatais? Qual o sentido que a acção estatal detém para os diferentes agentes sociais e que respostas suscita? Como é que estas respostas são elas também o produto de experiências pessoais e de vivências colectivas? Procurei,

---

<sup>(21)</sup> Acresce ainda que as áreas distribuídas resultaram quase sempre de terrenos marginais que tinham sido rejeitados por esses proprietários aquando da atribuição das suas reservas.

ao longo destas páginas, relacionar estas diferentes questões e juntar alguma pontas para a sua distinção.

Parece óbvio que o sentido de uma política não resulta apenas dos objectivos expressos nos instrumentos legais. Os próprios textos que suportam a política são em si mesmos díspares de sentido, a denunciarem as diferentes conjunturas em que se foram produzindo e a pedirem, portanto, uma exegese que desvende na sua «estrutura geológica» os efeitos das sucessivas correlações de força e dos sucessivos compromissos sociais no seio da classe dirigente (Santos, 1985). O contexto político do momento da sua aplicação, por exemplo, favoreceu a concretização de objectivos dificilmente compagináveis com as opções tomadas para a reforma agrária pelos constituintes em 1976. A entrega de terras a um estrato de agricultores não autónomos em relação ao sistema agrário tradicional, não só tende a reforçar as condições materiais e ideológicas de reprodução do sector capitalista da agricultura alentejana, como, permitiu realizarem-se finalmente os intentos já latentes desde a lei Barreto de resringir as condições de reprodução do sector colectivo da reforma agrária.

Mas não basta determinar e hierarquizar os sentidos com que o poder político lança as suas políticas. No seu percurso de concretização, a acção estatal difunde-se por múltiplas agências, dotadas elas próprias, em maior ou menor grau, de uma lógica de auto-perpetuação e de interesses próprios e cruza-se, em momentos diversos, com a acção dos agentes sociais a quem se dirigia ou outros, igualmente portadores de interesses que só casualmente coincidem com os seus. O efeito de uma política é sempre a resultante da interacção destes diferentes interesses e não necessariamente o produto da vontade e do empenhamento do poder estatal.

A esta luz, parece que, no caso estudado, a relativa indisponibilidade do proletariado rural e também do campesinato pobre para se candidatarem à entrega de terras, por razões culturais ou políticas, aliada à forte interpenetração dos interesses do capitalismo agrário e do latifundismo com a esfera de interesses próprios dos serviços periféricos do estado, conduziu à selecção de um grupo heterogéneo de candidatos que, pelo seu distanciamento em relação à UCP e pelo seu passado agrícola, correspondem ao perfil implícito no projecto de restauração da grande propriedade fundiária e de reforço do capitalismo agrário. A distribuição de terras que teve lugar, não vindo «promover» à condição de pequeno agricultor anteriores assalariados rurais, nem vindo criar uma camada de produtores autónomos, modernos e aptos a enfrentar o desafio



européu, não só contradiz dois dos motivos mais importantes proclamados para a política, como permite desvendar o sentido encoberto de um projecto destinado a desproletarizar a agricultura alentejana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, Fernando Oliveira (1982), «Reforma Agrária, Distribuição de Parcelas e a Questão da Terra», *Economia e Socialismo*, 56.
- Baptista, Fernando Oliveira (1984), «Transformação do Aparelho de Estado — o caso do Ministério da Agricultura», comunicação ao colóquio sobre *Administração Pública e Democracia* (mimeo).
- Barros, Afonso de (1983), «Latifundismo e Comunidade Rural», *Centro de Estudos de Economia Agrária — 25 anos*, Oeiras.
- Barros, Henrique de (1977), *É indispensável consolidar a Reforma Agrária*, Ministério da Agricultura e Pescas.
- Pereira, José Pacheco (s/d), *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Lisboa.
- Pires, Carlos Borges (1983), «Os Pequenos Agricultores de Albernoa», *Centro de Estudos de Economia Agrária — 25 Anos*, Oeiras.
- Santos, Boaventura de Sousa (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985), «Estado e Sociedade na Semi-Periferia do Sistema Mundial: o Caso Português», *Análise Social*, 87/89 (no prelo).
- Sevilla-Guzman, Eduardo (1980), «Reflexiones Teóricas sobre el Concepto Sociológico de Latifundismo»; in *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.



ANEXO

RESUMO BIOGRÁFICO DOS DESTINATÁRIOS DAS TERRAS \*

HERDADE A

Com 460 hectares de terra plana, cabeços e várzea, esta herdade fazia parte do extenso património mais de 1200 hectares, ao todo 16 herdades) de um latifundiário que tinha todas as suas terras entregues a parceiros com rações de um quinto). Em Junho de 1975 foi ocupada por trabalhadores rurais da freguesia juntamente com outras herdades do mesmo proprietário e com as herdades do outro maior proprietário da freguesia), vindo a ser expropriada em Setembro. Esta herdade manteve-se na UCP até Junho de 1980, data em que o MAP decide dividi-la e entregá-la em courelas a oito beneficiários.

1. JÚLIO F. (58 anos, casado)

Nascido numa família de trabalhadores rurais, falta-lhe o pai muito cedo e é obrigado a deixar a escola para ir guardar gado. Mais tarde trabalha à jorna nas grandes herdades da freguesia, quando há trabalho e para quem lhe dá mais. Tenta as empreitadas na Borda d'Água. Durante anos passa o Inverno na aldeia e, de Abril a Outubro, vai fazer a safra do tomate e do pimento e as vindimas para a Azambuja, Almeirim e Cartaxo. Torna-se capataz de rancho, do pessoal que leva consigo do Alentejo. Em 1969 vai clandestino para França chamado por um cunhado com a esperança de melhorar a vida. Trabalha numa fábrica onde consegue empregar a mulher. Regressa ao fim de nove anos sem reforma mas com algum dinheiro para comprar a casa e um terreno de horta e olival com quatro hectares. As três filhas puderam estudar até ao fim do ciclo preparatório e hoje, casadas, já não vivem com os pais.

À chegada encontra a aldeia profundamente transformada. Queria dedicar-se à agricultura mas não tem fundos para comprar terras. Recusa-se a entrar para a UCP «por não concordar com o comunismo». Arrenda alguma terra para fazer pimentão e passa a trabalhar na exploração de um proprietário com terras ocupadas que já fora seu patrão antes de emigrar.

As relações com os trabalhadores da UCP deterioram-se rapidamente e sucedem-se as acusações de um lado e de outro. A hipótese de vir a obter terra retirada à UCP leva-o a instigar outros dois descontentes (ROGÉRIO C. e HELDER C.) a candidatarem-se à atribuição de courelas nesta herdade, que constava iriam ser entregues a gente de fora.

Foram-lhe entregues 60 hectares de terra com árvores, estando metade dessa área em pousio. Paga de renda cerca de 19 contos. Faz seara e aproveita o pousio e os restolhos para gado a meias. O trabalho é feito por ele e pela mulher, não dispondo de máquinas próprias.

2. ROGÉRIO C. (70 anos, viúvo)

Só quando era novo trabalhou para patrões. Depois começou a empreitar trabalhos para a apanha da azeitona, organizando ranchos

---

\* Na freguesia foram ainda distribuídos, por seis pessoas cujas biografias não foi possível recolher, mais 134 hectares, correspondentes a uma herdade, duas tapadas e um ferragial .

de trabalhadores. Chegou a fazer searas. Há mais de trinta anos que vive do negócio da lenha e do carvão, negócio em que prosperou. Comprava duas mil a três mil azinheiras por ano que derrubava e vendia para uma fábrica de tacos de madeira ou então para lenha e carvão.

Analfabeto, nunca saiu da terra. Hoje vive sozinho. Os seus seis filhos têm vida independente. Possuía já uma pequena porção de terra com oliveiras junto a casa, onde faz também horta. Nunca quiz entrar para a UCP porque devia grandes favores aos proprietários. Por essa razão nunca foi bem visto pelos trabalhadores. Soube da distribuição de terras pelo JÚLIO F. e, instado, decidiu candidatar-se. Foi-lhe atribuída uma courela com 58 hectares e parte do monte.

Faz searas e gado a meias na courela que lhe foi entregue. Não tem máquinas próprias e, sozinho, não pode aproveitar as condições existentes para fazer regadio.

### 3. HELDER C. (49 anos, casado)

Nascido numa numerosa família de assalariados rurais, começa cedo a trabalhar, de início a guardar porcos e ovelhas. Concluída a terceira classe vai aprender a arte de sapateiro que complementa com trabalho à jorna e sobretudo com empreitadas no tempo das ceifas. Mais tarde vem a casar com a filha de um taberneiro da aldeia e passa então a trabalhar no estabelecimento como empregado, só muito depois vindo a tornar-se dono. Hoje tem uma camioneta com a qual faz pequenos fretes e vende uma vez por semana sardinha na freguesia.

As alterações na vida local provocadas pelo 25 de Abril e, particularmente, os efeitos de concorrência da UCP surgida entretanto na freguesia vieram prejudicar a prosperidade do seu negócio e atirá-lo decisivamente para o campo dos opositores da reforma agrária.

Tendo tido conhecimento da entrega da herdade em courelas, através do JÚLIO F., decide conjuntamente com o seu irmão (JORGE C.) e com o genro (JOSÉ A.) formar uma sociedade para se candidatar à atribuição de terras. Foi-lhe entregue um lote de 56 hectares que é explorado em conjunto com os lotes de igual área atribuídos aos outros sócios. Paga 17 contos de renda. Praticamente não trabalha na terra, mas em compensação suportou exclusivamente os encargos com as obras já realizadas («charca» para o gado e monte).

### 4. JORGE C. (40 anos, solteiro)

É irmão do anterior. Tem a 4.<sup>a</sup> classe. Começou cedo a trabalhar para patrões agrícolas. Aos vinte anos sai para a tropa e, cumprido o tempo, fica a trabalhar como operário na zona de Lisboa e ultimamente como empregado numas bombas de gasolina. Regressa ao fim de doze anos, em 1977, indo viver para casa do irmão que, entretanto, comprara um terreno com intenção de aí montar uma estação de serviço. É membro da Assembleia de freguesia pelas listas do PS.

Não quis entrar para a UCP porque não gostava da organização embora lhe agradasse trabalhar na agricultura. Decidiu requerer a atribuição de terras para as explorar em sociedade com o irmão e o sobrinho. Foi-lhe entregue uma courela com 56 hectares junto às dos outros sócios, pagando uma renda de 17 contos. Trabalha a tempo inteiro na exploração como pastor, tendo a seu cargo actualmente um rebanho de 200 ovelhas.

5. JOSÉ A. (27 anos, casado)

Descendente de grandes rendeiros, estudou até ao 7.º ano num colégio da vila, tendo desistido então de tirar um curso de arquitectura, para se dedicar à agricultura na exploração do pai, como tractorista. Casa com a filha do HELDER C.

As mudanças ocorridas na freguesia sobretudo a partir de 1975 afectam profundamente os interesses do pai. São-lhe ocupadas as terras e deixa de receber as rendas das casas que possuía na aldeia e cujos inquilinos eram, na sua maioria, trabalhadores da reforma agrária. Apesar de, enquanto proprietário fundiário, não estar legalmente sujeito a expropriação por falta de pontuação, é considerado localmente um «agrário», e, portanto, só muito mais tarde vê as terras restituídas. Entretanto as posições radicalizam-se, responde várias vezes em tribunal, chega a ser preso sob a acusação de pertencer ao ELP e, durante um mês e meio fica impedido de vir à aldeia. Enquanto isto o filho milita no PSD e torna-se claro opositor da UCP.

Conhecimentos no Centro de Reforma Agrária facilitaram-lhe a informação para a candidatura a courelas na herdade. Foi-lhe atribuída uma área de 57 hectares pela qual paga uma renda de 17 contos. As terras estavam na posse da UCP a qual nunca aceitou e tentou mesmo impedir a sua entrega.

Na exploração ele trabalha com o tractor (do pai), tem a seu cargo a contabilidade e, de uma maneira geral, os contactos com o exterior.

6. JOÃO S. (41 anos, casado)

Natural de uma freguesia vizinha foi assalariado rural até ir para a tropa. Aí (em Angola) fez a 4.ª classe e tirou carta de condução. Quando voltou empregou-se como tractorista durante uns anos, passou a arrendar terras para searas e finalmente comprou um tractor. Com as searas e os fretes da máquina prosperou, adquiriu um enrolador e meteu-se também no negócio das palhas.

Foi informado da distribuição de terras por pessoa conhecida no Centro de Reforma Agrária. Foram-lhe concedidos 55 hectares de terra de boa qualidade. Deixou os 10 hectares que trazia de renda e passou a trabalhar com o filho (20 anos, 2.º ano do secundário, tractorista) na courela. Faz seara e gado (200 ovelhas, parte delas de meias).

7. JAIME M. (40 anos, casado)

Natural de uma freguesia vizinha e filho de assalariados rurais, começa a trabalhar aos 11 anos como guardador de porcos e de perús. Mais tarde passa a lavrar com uma junta de bois. Casa e vai para a tropa. Quando volta aceita todos os trabalhos agrícolas que aparecem. Faz a 4.ª classe, aprende a trabalhar com máquinas pesadas e, mesmo sem ter carta, faz durante dez anos serviços de operador para diferentes firmas da região. As deslocações constantes e a baixa remuneração levam-no a abandonar essa actividade e a empregar-se como pastor ou vaqueiro. Nessa altura (1978) procurar entrar para uma UCP, mas sem sucesso. Fica um ano desempregado até arranjar um patrão, onde se manteve até à data da entrega.

Foi o cunhado (JOÃO S.) que o informou da distribuição das courelas nesta herdade e o convenceu a candidatar-se. Foram-lhe entregues 57 hectares pelos quais paga uma renda de 18 contos. Não tem outras terras nem máquinas e o trabalho da exploração é asse-

gurado pelo casal. Faz searas e tem um rebanho de 200 ovelhas mantido, em parte, com pastagens compradas.

#### 8. RUI C. (60 anos, casado)

Nasce numa família da pequena burguesia local (seu pai era carpinteiro e, em dada altura da sua vida, compra uma padaria. Além disso tinha um bocado de lavoura. Seu avô fora feitor numa herdade). A saída da escola e por morte da mãe vai empregar-se num estabelecimento comercial na vila. Mais tarde volta à aldeia para ajudar o pai e trabalha no que aparece (empreitadas nas ceifas, debulhas, derrubes de árvores). Na Borda d'Água inicia-se no trabalho com máquinas, em arroteias, por conta do estado. Casa com a criada de servir e afilhada de um latifundiário da freguesia, arrenda algumas terras e fica a tomar conta da padaria. Em 1958, com 33 anos, decide emigrar para Angola onde conterrâneos lhe garantem emprego como motorista. Ingressa aí com a categoria de capataz num organismo de fomento agrícola e, durante quinze anos, vai progredindo na carreira (tira um curso de contabilidade) até chegar ao lugar de adjunto da direcção comercial. Entretanto compra uma casa na aldeia. Retornado em Agosto de 1975, opta pela pensão de reforma e passa a trabalhar como tractorista por conta de um grande proprietário de quem seu tio era feitor. Pouco tempo depois as terras são ocupadas e expropriadas e vê recusada a sua entrada para a UCP. Com os filhos a estudar (hoje, um médico e a outra bióloga, já não vivem com os pais) toma conta de uma herdade que estivera de coutada e pertencera ao padrinho da mulher de parceria com o MÁRIO B. e emprega-se como motorista num colégio e mais tarde noutras firmas da região.

Soube casualmente da desistência de candidatos às terras da herdade e inscreve-se, depois de ter informado a UCP, tendo-lhe sido atribuída uma courela com 55 hectares. Acusado de duplicidade pelos trabalhadores (fora oferecer a renda ao proprietário expropriado, enquanto ao mesmo tempo frequentava o café da UCP) é protagonista na confrontação física que acompanhou as entregas de terras.

Explora, para além da courela, mais quatro hectares de olival e horta junto a casa. Só faz searas, optando por vender as pastagens, porque a área não dá para meter gado e pagar a um pastor.

#### HERDADE B

Com cerca de 140 hectares esta herdade pertencia a um grande conjunto patrimonial ocupado em Junho de 1975 e que viria a ser integrado na área da UCP da freguesia vizinha. Foi dividida em três courelas e entregue, em Maio de 1980 aos seguintes beneficiários:

#### 9. BELMIRO R. (52 anos, casado)

Seu pai fora feitor e seu avô barbeiro. Quando novo ainda chegou a trabalhar na barbearia. Depois, e aos poucos, foi-se metendo no negócio dos adubos e das rações. Como representante exclusivo de uma marca de rações detém cinco armazéns em vários pontos do distrito e torna-se accionista da empresa. Começa a arrendar terras e a criar gado, sendo à data do 25 de Abril rendeiro de uma herdade com 900 hectares. Foi dirigente da Casa do Povo local. Sua mulher, com o curso secundário, é funcionária pública na cidade.

Em 1975 a herdade foi ocupada e durante quatro anos esteve na posse da UCP. Destacado opositor ao processo da reforma agrária

milita no PSD de que é dirigente local. A desocupação foi muito difícil, tendo a GNR permanecido por mais de um mês na herdade para evitar as confrontações.

Aceitou com relutância candidatar-se à distribuição de terras, pressionado pelo FERNANDO O. — outro activista contra as UCPs —, por temer que daí pudesse vir prejuízo para a sua posição política. Foi-lhe concedida uma área de 62 hectares, pela qual paga 12 contos de renda e que passou a ser uma componente da exploração agrícola que já detinha. No conjunto faz searas e gado (cerca de 700 ovinos), com máquinas próprias e empregando, permanentemente, dois pastores e um tractorista. O filho, de 23 anos, está também associado à exploração.

10. FERNANDO O. (53 anos)

Grande rendeiro antes do 25 de Abril, foram-lhe em 1975 ocupadas as terras que explorava. Negociante de gado, tem um matadouro na região. Destacado activista contra o processo da reforma agrária, foi militante da candidatura de Galvão de Melo e, mais tarde, colaborou activamente nas desocupações e entregas de reservas. Pressionou o BELMIRO R. a aceitar ficar nesta herdade com intenção de lhe propôr a cedência da sua parte em troca do fornecimento do gado para o matadouro, negócio que não veio a concluir-se. Foi-lhe entregue uma área de 23 hectares que serve de complemento à exploração principal (que fica contígua), constituída pelas terras que lhe foram devolvidas.

HERDADE C

Com 280 hectares fazia parte da maior casa agrícola da freguesia, quando foi ocupada em Junho de 1975. A parte distribuída é o remanescente depois de retirada a terra de melhor qualidade e entregue como reserva ao ex-proprietário. A entrega, em duas courelas, teve lugar em Julho de 1980 e teve como beneficiários:

11 MÁRIO B. (52 anos, casado)

Natural da aldeia, o seu pai era ferrador e tinha uma oficina, onde o filho aprendeu o ofício e trabalhou até ir para Angola. Em 1975, chamado por um irmão, vai trabalhar com máquinas para uma grande empresa. Ao fim de alguns anos comprou um camião e começa a trabalhar por conta própria e, posteriormente, estabelece-se em Luanda com um táxi e emprega um motorista para o camião. Sua filha única estuda até ao 5.º ano e casa em Angola. Retornado em 1975 à aldeia associa-se com o primo (RUI C.) para explorar uma herdade de 90 hectares, mas desentendem-se e acabam por entregá-la ao reservatário. Durante dois anos e meio esteve empregado numa escola de condução.

No período da entrega de reservas na freguesia colaborou com os proprietários, a quem devia favores, o que veio a criar graves conflitos com os trabalhadores da UCP.

Soou casualmente da entrega de reservas e candidatou-se. Foi-lhe concedida uma área de 66 hectares em duas partes, pela qual paga uma renda de 23 contos.

Além da courela tem mais quatro hectares de horta e olival que herdou dos pais. Faz searas e tem gado de sociedade com um cunhado. Comprou um tractor com o qual faz trabalhos para fora. O trabalho é assegurado pelo casal.

## 12. FELÍCIO P. (52 anos, casado)

Natural de uma freguesia vizinha é o filho mais velho de um guarda de herdade, trabalhou sempre para a casa agrícola a quem pertencera a herdade, tendo chegado a ser feitor. Em 1961, com 33 anos, foi para Angola para a mesma empresa do MÁRIO B., de quem é ainda parente, como operador de máquinas. Mais tarde entra para um organismo de Fomento Agrícola como tractorista. Ao fim de nove anos (pouco tempo antes do 25 de Abril) volta para a aldeia com algumas economias e com a ideia de comprar terras. Entretanto começam as ocupações e ele, não querendo entrar para a UCP por não concordar com as ocupações nem conseguindo arranjar patrões, decide ir trabalhar, durante três anos, para Espanha na mesma empresa para quem trabalhara em Angola. Na altura tinha a filha a estudar e pagava renda de casa na cidade. Depois, quando começa a entrega de reservas, regressa e passa a trabalhar como tractorista no ex-Grémio da Lavoura do concelho.

Soube no Centro de Reforma Agrária que estavam a entregar terras a retornados e candidatou-se. Foi-lhe entregue uma courela com 66 hectares de terra de boa qualidade, pela qual paga a renda de 28 contos. Comprou um tractor que aluga também para fora. O trabalho na exploração é assegurado por si e pelo genro (desempregado). Faz seara e tem gado a meias na área de pastagens.

## HERDADE D

Com uma área de 986 hectares, foi ocupada em meados de Julho de 1975 na segunda arremetida dos trabalhadores agrícolas da freguesia e expropriada pouco tempo depois. Em 1977 é entregue uma primeira área de reserva ao ex-proprietário e em 1979 é-lhe entregue uma segunda área de reserva majorada. O que sobra, cerca de 190 hectares, são retirados à UCP e entregues em courelas aos seguintes beneficiários:

## 13/15. FAMÍLIA V.

O pai, com 60 anos, é natural doutro concelho e, quando novo, trabalhou na indústria de cortiça e num armazém de peixe. Mais tarde emigrou para Moçambique onde começou como camionista e acabou por se tornar fazendeiro. A sua actividade estendeu-se à Rodésia onde viveu alguns anos. Retorna com a família (mulher e dois filhos) a Portuagl com algum capital para investir e com os apoios especiais do estado. Arrenda uma herdade com 80 hectares e passa a explorá-la em sociedade com os filhos e um tio.

Concorreu à atribuição de terras nesta freguesia porque tinha uma pessoa amiga que conseguia arranjar-lhe aí uma courela com mais facilidade. Cada um dos filhos (um com 23 e outro com 24 anos) concorreu também separadamente para a mesma herdade. Foi-lhes atribuída uma área total de 240 hectares pela qual pagam 60 contos. Entretanto deixou a herdade que trazia de renda. Tem três tractores e uma ceifeira, fazem searas e têm gado bovino e ovino. O trabalho é assegurado fundamentalmente pela família. Um ano depois foi-lhes entregue ainda uma área de 40 hectares na herdade. E por substituição de um candidato que entretanto desistira.

## 16. ERNESTO R. (49 anos, casado)

Filho de colonos portugueses nasceu em Angola. Seu pai foi motorista. Estudou até ao 5.º ano, foi empregado comercial durante algum tempo até que inicia a actividade de caçador profissional. Mais



tarde, já casado, consegue a concessão de uma fazenda com 750 hectares que explora durante cerca de 20 anos com mão de obra negra. Retorna em 1975 com a sua família (mulher e quatro filhos) para se estabelecer no concelho com um supermercado mas o negócio acaba por falir devido à abertura de um posto de vendas na UCP local. Obtém crédito para montar um armazém de comércio de fruta e passa a dedicar-se a esta actividade, que ainda hoje exerce a título principal.

Foi o próprio proprietário expropriado quem o convenceu a candidatar-se. Entregaram-lhe uma área de 78 hectares pela qual paga 18 contos de renda. Comprou a ceifeira ao antigo dono da terra com a condição de fazer os serviços na parte da reserva (faz serviços também para outros agricultores) e o monte da herdade foi-lhe cedido a troco das pastagens. Faz searas utilizando praticamente só o trabalho familiar.

#### HERDADE E

Com 726 hectares de terra de seara e pastagem, vinha, pomar e olival, esta era a herdade mais bem aproveitada da freguesia. Administrada por um feitor, o seu proprietário vivia em Lisboa onde tinha a actividade principal ligada a outro sector. Foi esta também uma das últimas herdades a serem ocupadas na freguesia (fins de Outubro de 1975), numa altura em que a UCP já estava constituída e se preparava para organizar toda a produção da área expropriável.

Praticamente toda a herdade foi restituída em 1979 ao ex-proprietário, a título de reserva, ficando apenas cerca de 70 hectares de terras marginais que o Centro de Reforma Agrária decidiu distribuir em duas courelas, entregue a primeira ao irmão do feitor, em Julho de 1980, e a outra, em Fevereiro do ano seguinte, à família.

#### 17. JUSTINO M. (39 anos, casado)

Filho de trabalhadores rurais, tem trabalhado sempre na agricultura como assalariado. É analfabeto e sofre de deficiência mental. Seu irmão, mecânico e feitor da herdade antes da expropriação e, hoje, da parte reservada, tem-no orientado, garantindo-lhe o trabalho a ele na herdade e à mulher no restaurante que também possui na vila.

Soube pelo ex-proprietário que a área sobrança da demarcação da reserva iria ser entregue e candidatou-se. Foi-lhe atribuída apenas uma parte dessa área (29 hectares), vindo a restante a reverter, por desistência do candidato escolhido, para a Família V. A terra é de muito má qualidade e os resultados têm sido sempre maus. Limita-se a fazer seara de aveia e de cevada e a vender as pastagens.